

PERFIL DOS PREFEITOS DO BRASIL (2013 – 2016)

(Estudo Técnico nº 209)

François E. J. de Bremaeker

Salvador, outubro de 2012

PERFIL DOS PREFEITOS DO BRASIL (2013 – 2016)

François E. J. de Bremaeker

Economista e Geógrafo

Associação Transparência Municipal

Gestor do Observatório de Informações Municipais

Membro do Núcleo de Estudos Urbanos da Associação Comercial de São Paulo

francois.bremaeker@atmtec.org.br)

www.oim.tmunicipal.org.br

A Associação Transparência Municipal está realizando, pela segunda vez, um estudo sobre o perfil dos Prefeitos a partir de informações obtidas junto ao cadastro elaborado pelo Tribunal Superior Eleitoral – e disponibilizado em meio eletrônico – o que faz com que os dados contemplem o universo dos Prefeitos eleitos.

Muito embora as informações disponíveis se refiram exclusivamente às características dos Prefeitos, através dos dados processados é possível conhecer, com grande nível de detalhamento, quem é o Prefeito, o que facilita o trabalho dos estudiosos sobre o tema.

O desenho do perfil do Prefeito, a partir de algumas de suas características – sexo, idade, ocupação e partido político – é importante para que se conheça quem é o chefe do executivo municipal, um dos agentes políticos que está mais próximo da população e que, portanto, está melhor informado das necessidades das suas comunidades.

Em 2012 foram realizadas eleições municipais, tendo sido eleitos 5.568 Prefeitos. Na eleição de 2008 haviam sido eleitos 5.563 Prefeitos. Houve nesta eleição um acréscimo de 5 Municípios: Mojuí dos Campos (desmembrado de Santarém, no Pará); Balneário Rincão (desmembrado de Içara, em Santa Catarina); Pescaria Brava (desmembrado de Laguna, em Santa Catarina); Pinto Bandeira (desmembrado de Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul); e Paraíso das Águas (desmembrado de Costa Rica, no Mato Grosso do Sul).

As características do perfil

As variáveis utilizadas foram estruturadas da seguinte forma:

- sexo – se masculino ou feminino
- idade – caracterizada segundo cinco diferentes grupos:
 - até 18 anos
 - de 18 a 20 anos
 - de 21 a 24 anos
 - de 25 a 34 anos
 - de 35 a 44 anos
 - de 45 a 59 anos
 - de 60 a 69 anos
 - de 70 a 79 anos
 - com 80 anos ou mais
- ocupação –utilizando-se a informação correspondente à declaração feita pelo Prefeito ao preencher a ficha de inscrição como candidato, mantendo-se o máximo de detalhe.
- Partido político – considerando-se a filiação partidária do Prefeito eleito e não a coligação partidária

O grau de instrução não foi disponibilizado para os eleitos. Foi efetuado um questionamento a respeito e a resposta obtida foi:

“Considerando que todas as informações de eleição, são definidas por resoluções, faremos a anotação desta observação para que seja apreciada em reunião de avaliação do pleito que será realizada em novembro.”

Os dados processados pelo Tribunal Superior Eleitoral tiveram de ser ajustados pela Associação Transparência Municipal, vez que o número de Prefeitos registrados como eleitos era de 5.608. Isto se deveu ao fato de que ainda estavam sendo processados os dados dos 50 candidatos onde houve segundo turno e não computados os dados de 10 outros Municípios, dos quais em três deles não se concretizou a eleição devido à impugnação de todos os candidatos.

O sexo dos Prefeitos

No pleito de 2012 nada menos que 87,84% dos Prefeitos eleitos são do sexo masculino e 11,98% do sexo feminino. No conjunto dos Prefeitos eleitos no Brasil para 0,18% deles não há informação.

Ao ser efetuada a comparação do número de Prefeitos eleitos em relação ao número de candidatos segundo o sexo, verifica-se que a proporção dos candidatos do sexo feminino obteve 1,13 vezes menos sucesso que os candidatos do sexo masculino.

TABELA 1
DISTRIBUIÇÃO DO SEXO DOS PREFEITOS DO BRASIL
PARA O MANDATO DE 2013 A 2016

SEXO	NÚMERO DE CANDIDATOS	NÚMERO DE PREFEITOS ELEITOS	% CANDIDATOS ELEITOS	RELAÇÃO ELEITOS/ CANDIDATOS
TOTAL	15.103	5.568	100,00	36,87
Masculino	13.080	4.891	87,84	37,39
Feminino	2.023	667	11,98	32,97
sem inform	-	10	0,18	

FONTE: Tribunal Superior Eleitoral - 2012.

TABULAÇÕES ESPECIAIS: François E. J. de Bremaeker

A idade dos Prefeitos

A variável idade pode dar uma idéia da experiência de vida do Prefeito e ser determinante na sua escolha pela comunidade.

No pleito de 2012 a maior parte dos Prefeitos eleitos está no grupo de idade entre 45 a 59 anos (50,62%), seguindo-se em importância o grupo de idade entre 35 e 44 anos (26,40%). Os Prefeitos com idade entre 60 e 69 anos representam 10,60% do total, enquanto que aqueles que possuem entre 25 e 34 anos representam 9,63% do total.

Entretanto é interessante observar que estas participações são influenciadas pela amplitude dos grupos de idade. Neste caso aquele com população entre 35 a 44 anos possui uma relação de 2,6400/ano, contra uma relação de 3,3747/ano para o grupo de idade de 45 a 59 anos.

Ao ser efetuada a comparação do número de Prefeitos eleitos em relação ao número de candidatos segundo o grupo de idades, verifica-se que o índice de sucesso é maior para aqueles com 25 a 34 anos, vindo em seguida os grupos de idade de 35 a 44 anos e de 45 a 59 anos. Os grupos extremos de idades não são os que apresentam os menores índices de sucesso.

TABELA 2
DISTRIBUIÇÃO DA IDADE DOS PREFEITOS DO BRASIL
PARA O MANDATO DE 2013 A 2016

IDADE	NÚMERO DE CANDIDATOS	NÚMERO DE PREFEITOS ELEITOS	% CANDIDATOS ELEITOS	RELAÇÃO ELEITOS/ CANDIDATOS
TOTAL	15.103	5.568	100,00	36,87
menos de 18	1	0	0,00	0,00
de 18 a 20	1	0	0,00	0,00
de 21 a 24	111	32	0,57	28,83
de 25 a 34	1.376	536	9,63	38,95
de 35 a 44	3.887	1.470	26,40	37,82
de 45 a 59	7.582	2.819	50,62	37,18
de 60 a 69	1.799	590	10,60	32,80
de 70 a 79	316	104	1,87	32,91
80 e mais	30	7	0,13	23,33
sem inform	-	10	0,18	-

FONTE: Tribunal Superior Eleitoral - 2012.

TABULAÇÕES ESPECIAIS: François E. J. de Bremaeker

A ocupação dos Prefeitos

Segundo o cadastro do Tribunal Superior Eleitoral, a partir das respostas dos Prefeitos, foi possível identificar 169 diferentes tipos de ocupação, além da categoria “outras”.

Interessante observar que as 19 ocupações que apresentaram mais de 1% do total de casos totalizaram 81,35% do total de respostas, sendo que as de “Prefeitos” e de “empresários” foram as únicas que apresentaram mais de 10% dos casos. Em seguida destacam-se os “agricultores” e “comerciantes”.

Ao ser efetuada a comparação do número de Prefeitos eleitos em relação ao número de candidatos segundo as ocupações melhor colocadas, verifica-se que o índice de sucesso é maior para os “Prefeitos” (reeleição), seguindo-se em importância os “produtores agropecuários”, “pecuaristas”, “contadores” e “engenheiros”.

TABELA 3
DISTRIBUIÇÃO DA OCUPAÇÃO DOS PREFEITOS DO BRASIL
PARA O MANDATO DE 2013 A 2016

OCUPAÇÃO	NÚMERO DE CANDIDATOS	NÚMERO DE PREFEITOS ELEITOS	% CANDIDATOS ELEITOS	RELAÇÃO ELEITOS/ CANDIDATOS
TOTAL	15.103	5.568	100,00	36,87
Prefeito	1.882	1.026	18,43	54,52
Empresário	1.790	683	12,27	38,16
Agricultor	941	359	6,45	38,15
Comerciante	984	352	6,32	35,77
Médico	698	257	4,62	36,82
Advogado	821	234	4,20	28,50
Servidor público municipal	634	227	4,08	35,80
Servidor público estadual	473	182	3,27	38,48
Administrador	538	179	3,21	33,27
Vereador	619	168	3,02	27,14
Pecuarista	342	149	2,68	43,57
Professor ensino médio	462	121	2,17	26,49
Engenheiro	291	115	2,07	39,52
Produtor agropecuário	213	97	1,74	45,54
Aposentado (não servidor público)	321	96	1,72	29,91
Professor ensino fundamental	238	82	1,47	34,45
Contador	182	78	1,40	42,86
Deputado	216	68	1,22	31,48
Servidor público federal	171	56	1,01	32,75
Outras	676	247	4,44	36,54
Demais ocupações	2.611	782	14,03	29,95
Sem informação	-	10	0,18	-

FONTE: Tribunal Superior Eleitoral - 2012.

TABULAÇÕES ESPECIAIS: François E. J. de Bremaeker

O partido político dos Prefeitos

Dos 26 partidos políticos que apresentaram candidatos, 26 deles tiveram Prefeitos eleitos. Os 5 partidos políticos que mais elegeram Prefeitos em 2012, conseguiram ocupar mais da metade das vagas: 59,65% deles, totalizando 3.322 cargos. São eles o PMDB, PSDB, PT, PSD e PP.

O partido político que obteve melhor índice de sucesso em relação ao número de candidatos apresentados foi o PSD. Seguem em importância o PMDB, PP, PSDB, PSB e PR.

TABELA 4
DISTRIBUIÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS DOS PREFEITOS DO BRASIL
PARA O MANDATO DE 2013 A 2016

IDADE	NÚMERO DE CANDIDATOS	NÚMERO DE PREFEITOS ELEITOS	% CANDIDATOS ELEITOS	RELAÇÃO ELEITOS/ CANDIDATOS
TOTAL	15.103	5.568	100,00	36,87
PMDB	2.255	1.022	18,35	45,32
PSDB	1.619	701	12,59	43,30
PT	1.778	635	11,40	35,71
PSD	1.089	495	8,89	45,45
PP	1.073	469	8,42	43,71
PSB	1.033	442	7,94	42,79
PDT	836	310	5,57	37,08
PTB	818	295	5,30	36,06
DEM	726	277	4,97	38,15
PR	701	274	4,92	39,09
PPS	428	123	2,21	28,74
PV	411	96	1,72	23,36
PSC	308	83	1,49	26,95
PRB	299	78	1,40	26,09
PCdoB	226	56	1,01	24,78
PMN	177	42	0,75	23,73
PTdoB	107	26	0,47	24,30
PRP	134	24	0,43	17,91
PSL	112	23	0,41	20,54
PTC	89	19	0,34	21,35
PHS	119	17	0,31	14,29
PRTB	100	16	0,29	16,00
PPL	49	12	0,22	24,49
PTN	80	12	0,22	15,00
PSDC	88	9	0,16	10,23
PSOL	347	2	0,04	0,58
PCO	5	0	0,00	0,00
PCB	36	0	0,00	0,00
PSTU	60	0	0,00	0,00
sem inform	-	10	0,18	-

FONTE: Tribunal Superior Eleitoral - 2012.

TABULAÇÕES ESPECIAIS: François E. J. de Bremaeker

Referências bibliográficas

Estudos elaborados pela Associação Transparência Municipal sobre a eleição de 2008 se encontram no Observatório de Informações Municipais (www.oim.tmunicipal.org.br), selecionando-se as opções “estudos” e o filtro “eleições municipais”.

SÉRIE ESTUDOS TÉCNICOS

1. Panorama das finanças municipais no período entre 2005 e 2006. Fevereiro de 2008.
2. As finanças municipais em 2007. Setembro de 2008.
3. As receitas tributárias municipais em 2007. Outubro de 2008.
4. As receitas dos Municípios do Estado da Bahia em 2007. Outubro de 2008.
5. As receitas dos Municípios do estado de São Paulo em 2007. Outubro de 2008.
6. Perfil dos Vereadores do Estado de São Paulo (2009-2012). Novembro de 2008.
7. Perfil dos Prefeitos brasileiros (2009-2012). Novembro de 2008.
8. Número de vereadores segundo a PEC 333/2004 – 020/2008 e a população de 2008 – São Paulo. Dezembro de 2008.
9. Número de vereadores segundo a PEC 333/2004 – 020/2008 e a população de 2008 – Minas Gerais. Dezembro de 2008.
10. Número de vereadores segundo a PEC 333/2004 – 020/2008 e a população de 2008 – Espírito Santo. Dezembro de 2008.
11. Número de vereadores segundo a PEC 333/2004 – 020/2008 e a população de 2008 – Rio de Janeiro. Dezembro de 2008.
12. Número de vereadores segundo a PEC 333/2004 – 020/2008 e a população de 2008 – Paraná. Dezembro de 2008.
13. Número de vereadores segundo a PEC 333/2004 – 020/2008 e a população de 2008 – Santa Catarina. Dezembro de 2008.
14. Número de vereadores segundo a PEC 333/2004 – 020/2008 e a população de 2008 – Rio Grande do Sul. Dezembro de 2008.
15. Número de vereadores segundo a PEC 333/2004 – 020/2008 e a população de 2008 – Bahia. Dezembro de 2008.
16. Número de vereadores segundo a PEC 333/2004 – 020/2008 e a população de 2008 – Sergipe. Dezembro de 2008.
17. Número de vereadores segundo a PEC 333/2004 – 020/2008 e a população de 2008 – Alagoas. Dezembro de 2008.
18. Número de vereadores segundo a PEC 333/2004 – 020/2008 e a população de 2008 – Pernambuco. Dezembro de 2008.
19. Número de vereadores segundo a PEC 333/2004 – 020/2008 e a população de 2008 – Paraíba. Dezembro de 2008.
20. Número de vereadores segundo a PEC 333/2004 – 020/2008 e a população de 2008 – Rio Grande do Norte. Dezembro de 2008.
21. Número de vereadores segundo a PEC 333/2004 – 020/2008 e a população de 2008 – Ceará. Dezembro de 2008.
22. Número de vereadores segundo a PEC 333/2004 – 020/2008 e a população de 2008 – Piauí. Dezembro de 2008.
23. Número de vereadores segundo a PEC 333/2004 – 020/2008 e a população de 2008 – Maranhão. Dezembro de 2008.
24. Número de vereadores segundo a PEC 333/2004 – 020/2008 e a população de 2008 – Mato Grosso do Sul. Dezembro de 2008.
25. Número de vereadores segundo a PEC 333/2004 – 020/2008 e a população de 2008 – Mato Grosso. Dezembro de 2008.
26. Número de vereadores segundo a PEC 333/2004 – 020/2008 e a população de 2008 – Goiás. Dezembro de 2008.
27. Número de vereadores segundo a PEC 333/2004 – 020/2008 e a população de 2008 – Rondônia. Dezembro de 2008.

28. Número de vereadores segundo a PEC 333/2004 – 020/2008 e a população de 2008 – Goiás. Dezembro de 2008.
29. Número de vereadores segundo a PEC 333/2004 – 020/2008 e a população de 2008 – Rondônia. Dezembro de 2008.
30. Número de vereadores segundo a PEC 333/2004 – 020/2008 e a população de 2008 – Acre. Dezembro de 2008.
31. Número de vereadores segundo a PEC 333/2004 – 020/2008 e a população de 2008 – Amazonas. Dezembro de 2008.
32. Número de vereadores segundo a PEC 333/2004 – 020/2008 e a população de 2008 – Roraima. Dezembro de 2008.
33. Número de vereadores segundo a PEC 333/2004 – 020/2008 e a população de 2008 – Pará. Dezembro de 2008.
34. Número de vereadores segundo a PEC 333/2004 – 020/2008 e a população de 2008 – Amapá. Dezembro de 2008.
35. Número de vereadores segundo a PEC 333/2004 – 020/2008 e a população de 2008 – Tocantins. Dezembro de 2008.
36. Os efeitos da renúncia fiscal do Governo federal nas finanças municipais e estaduais. Dezembro de 2008.
37. Perfil das Vereadoras do Estado de São Paulo (2009 – 2012). Dezembro de 2008.
38. Perfil dos Prefeitos do Estado de São Paulo (2009 – 2012). Dezembro de 2008.
39. Perfil dos Prefeitos do Estado de Minas Gerais (2009 – 2012). Dezembro de 2008.
40. Perfil dos Prefeitos do Estado da Bahia (2009 – 2012). Dezembro de 2008.
41. Evolução do Fundo de Participação dos Municípios (2007 – 2008). Janeiro de 2009.
42. Perfil dos Prefeitos do Estado da Bahia (2009 – 2012). Janeiro de 2009.
43. Perfil dos Prefeitos do Estado do Espírito Santo (2009 – 2012). Janeiro de 2009.
44. Perfil dos Prefeitos do Estado do Paraná (2009 – 2012). Janeiro de 2009.
45. Perfil dos Prefeitos do Estado de Santa Catarina (2009 – 2012). Janeiro de 2009.
46. Perfil dos Prefeitos do Estado do Rio Grande do Sul (2009 – 2012). Janeiro de 2009.
47. Perfil dos Prefeitos do Estado do Mato Grosso do Sul (2009 – 2012). Janeiro de 2009.
48. Perfil dos Prefeitos do Estado do Mato Grosso (2009 – 2012). Janeiro de 2009.
49. Perfil dos Prefeitos do Estado de Goiás (2009 – 2012). Janeiro de 2009.
50. Perfil dos Prefeitos do Estado do Maranhão (2009 – 2012). Janeiro de 2009.
51. Perfil dos Prefeitos do Estado do Piauí (2009 – 2012). Janeiro de 2009.
52. Perfil dos Prefeitos do Estado do Ceará (2009 – 2012). Janeiro de 2009.
53. Perfil dos Prefeitos do Estado do Rio Grande do Norte (2009 – 2012). Janeiro de 2009.
54. Perfil dos Prefeitos do Estado da Paraíba (2009 – 2012). Janeiro de 2009.
55. Perfil dos Prefeitos do Estado de Pernambuco (2009 – 2012). Janeiro de 2009.
56. Perfil dos Prefeitos do Estado de Alagoas (2009 – 2012). Janeiro de 2009.
57. Perfil dos Prefeitos do Estado de Sergipe (2009 – 2012). Janeiro de 2009.
58. Perfil dos Prefeitos do Estado de Rondônia (2009 – 2012). Janeiro de 2009.
59. Perfil dos Prefeitos do Estado do Acre (2009 – 2012). Janeiro de 2009.
60. Perfil dos Prefeitos do Estado do Amazonas (2009 – 2012). Janeiro de 2009.
61. Perfil dos Prefeitos do Estado de Roraima (2009 – 2012). Janeiro de 2009.
62. Perfil dos Prefeitos do Estado do Pará (2009 – 2012). Janeiro de 2009.
63. Perfil dos Prefeitos do Estado do Amapá (2009 – 2012). Janeiro de 2009.
64. Perfil dos Prefeitos do Estado do Tocantins (2009 – 2012). Janeiro de 2009.
65. Comparações sobre o perfil dos Prefeitos brasileiros (2009 – 2012). Janeiro de 2009.

66. Proposta alternativa à PEC 333/2004 na Câmara dos Deputados e 020/2008 no Senado Federal, segundo dados das despesas com a função legislativa em 2007. Fevereiro de 2009.
67. Despesas municipais com serviços, ações e programas de competência dos Estados e da União em 2007. Março de 2009.
68. As despesas municipais com a função saúde em 2007. Março de 2009.
69. As transferências de recursos para os Municípios na área da saúde em 2007. Março de 2009.
70. Os recursos municipais alocados na área da saúde em 2007. Março de 2009.
71. Despesas dos Municípios do Estado de Minas Gerais com serviços, ações e programas de competência dos Estados e da União em 2007, frente à crise financeira de 2009. Abril de 2009.
72. Despesas dos Municípios do Estado da Paraíba com serviços, ações e programas de competência dos Estados e da União em 2007, frente à crise financeira de 2009. Abril de 2009.
73. Despesas dos Municípios do Estado de São Paulo com serviços, ações e programas de competência dos Estados e da União em 2007, frente à crise financeira de 2009. Abril de 2009.
74. Limites das despesas das Câmaras Municipais de acordo com a PEC nº 47 / 2008. Abril de 2009.
75. Limites das despesas das Câmaras Municipais de acordo com a PEC nº 47 / 2008, para o Estado de São Paulo. Maio de 2009.
76. Limites das despesas das Câmaras Municipais de acordo com a PEC nº 47 / 2008, segundo a emenda do critério populacional. Maio de 2009.
77. Limites das despesas das Câmaras Municipais de acordo com a PEC nº 47 / 2008, segundo a emenda do critério populacional, para o Estado de Minas Gerais. Maio de 2009.
78. Limites das despesas das Câmaras Municipais de acordo com a PEC nº 47 / 2008, segundo a emenda do critério populacional, para o Estado de São Paulo. Maio de 2009.
79. As despesas municipais com a função legislativa em 2007. Maio de 2009.
80. A transparência das contas municipais. Junho de 2009.
81. Despesas dos Municípios do Estado da Bahia com serviços, ações e programas de competência dos Estados e da União em 2007, frente à crise financeira de 2009. Junho de 2009.
82. Limites das despesas das Câmaras Municipais de acordo com a PEC nº 47 / 2008, segundo a emenda do critério populacional. Junho de 2009.
83. Perfil dos Vereadores do Estado do Ceará. Julho de 2009.
84. As despesas municipais com a função habitação em 2007. Julho de 2009.
85. As despesas municipais com a subfunção assistência à criança em 2007. Julho de 2009.
86. As despesas municipais e a pressão do salário mínimo em 2007. Agosto de 2009.
87. Subsídios à discussão do Projeto de Lei que pretende instituir a Política Nacional de Planejamento Regional Urbano. I – Caracterização demográfica. Agosto de 2009.
88. A situação orçamentária dos Municípios brasileiros em 2007. Setembro de 2009.
89. Despesas municipais com serviços, ações e programas de competência dos Estados e da União em 2008. Setembro de 2009.
90. As finanças municipais em 2008. setembro de 2009.
91. As receitas tributárias municipais em 2008. Setembro de 2009.
92. Despesas dos Municípios do Estado da Bahia com serviços, ações e programas de competência dos Estados e da União em 2008. Setembro de 2009.

93. Despesas dos Municípios do Estado do Amapá com serviços, ações e programas de competência dos Estados e da União em 2008. Setembro de 2009.
94. Despesas dos Municípios do Estado de São Paulo com serviços, ações e programas de competência dos Estados e da União em 2008. Setembro de 2009.
95. Alterações territoriais entre os censos de 2000 e 2010. Outubro de 2009.
96. Os precatórios e as finanças municipais em 2008. Novembro de 2009.
97. O endividamento de longo prazo e as finanças municipais em 2008. Novembro de 2009.
98. Subsídios à discussão do Projeto de Lei que pretende instituir a Política Nacional de Planejamento Regional Urbano. II – Caracterização espacial. Novembro de 2009.
99. Em busca da equidade através do Programa Territórios da Cidadania. Janeiro de 2010.
100. Subsídios à discussão do Projeto de Lei que pretende instituir a Política Nacional de Planejamento Regional Urbano. III – Recursos financeiros. Janeiro de 2010.
101. A pobreza em nível municipal. Fevereiro de 2010.
102. As despesas municipais com a função legislativa em 2008. Fevereiro de 2010.
103. Os limites de despesas das Câmaras Municipais em 2008. Fevereiro de 2010.
104. Subsídios à proposta de alteração dos limites de despesas com a função legislativa. Fevereiro de 2010.
105. A remuneração dos Vereadores da Paraíba em 2005. Março de 2010.
104. Brazilian municipal finances in 2008 and the effects of global crisis. Abril de 2010.
105. A importância do FPM para as finanças municipais e seu papel na equalização das receitas. Julho de 2010.
106. As receitas dos Municípios do Estado da Bahia em 2008. Agosto de 2010.
107. Despesas dos Municípios do Estado da Bahia com serviços, ações e programas de competência dos Estados e da União em 2008. Agosto de 2010.
108. As receitas dos Municípios da região de Feira de Santana em 2008. Setembro de 2010.
109. A política de fundos para a educação e o impacto nas finanças dos Estados e Municípios. Setembro de 2010.
110. As receitas dos Municípios da região Norte-Nordeste do Estado da Bahia em 2008. Setembro de 2010.
111. Municípios que receberam recursos para consórcios em 2008 e 2009 (segundo os dados da base da STN). Setembro de 2010.
112. As finanças municipais em 2009. Setembro de 2010.
113. As receitas tributárias municipais em 2009. Setembro de 2010.
114. As receitas dos Municípios do Estado da Bahia em 2009. Setembro de 2010.
115. As receitas dos Municípios do Sudoeste da Bahia em 2009. Outubro de 2010.
116. Maiores e menores receitas orçamentárias per capita dos Municípios em 2009. Outubro de 2010.
117. O endividamento dos Municípios com população superior a 50 mil habitantes em julho de 2010. Outubro de 2010.
118. As receitas dos Municípios do Estado de São Paulo em 2009. Outubro de 2010.
119. As despesas municipais com a função legislativa em 2009. Outubro de 2010.
120. Padrões de crescimento da população brasileira em nível municipal (2008 – 2009). Novembro de 2010.
121. Evolução da população para os Municípios com população superior a 50 mil habitantes no período 2006 – 2009. Novembro de 2010.
122. Efeitos do resultado do Censo Demográfico de 2010 na distribuição do Fundo de Participação dos Municípios em 2011. Novembro de 2010.
123. Evolução da receita orçamentária para os Municípios com população superior a 50 mil habitantes no período 2006 – 2009. Novembro de 2010.
124. Evolução da receita tributária para os Municípios com população superior a 50 mil habitantes no período 2006 – 2009. Novembro de 2010.
125. Áreas mínimas de comparação entre os Censos de 2000 e 2010: população. Janeiro de 2011.

126. A situação da urbanização nos Municípios brasileiros em 2010. Janeiro de 2011.
127. A distribuição da população em nível municipal em 2010. Fevereiro de 2010.
128. O crescimento da população em nível municipal no período entre 2000 e 2010. Fevereiro de 2011.
129. Os Municípios cuja população cresceu acima da média no período entre 2000 e 2010. Abril de 2011.
130. Os Municípios cuja população cresceu abaixo da média no período entre 2000 e 2010. Abril de 2011.
131. Os Municípios que perderam população no período entre 2000 e 2010. Abril de 2011.
132. Despesas municipais com serviços, ações e programas de competência dos Estados e da União em 2009. Abril de 2011.
133. A evolução da população do Estado da Bahia no período entre 2000 e 2010. Abril de 2011.
134. Subsídios para a formulação de uma política para as principais aglomerações Urbanas do Brasil: crescimento demográfico no período 2000-2010. Julho de 2011.
135. As finanças municipais em 2010. Setembro de 2011.
136. Planejamento nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas de grande porte demográfico. Outubro de 2011.
137. A distribuição dos royalties do pré-sal e a equidade através do FPM: a distância entre as palavras (intenções) e os números (realidade). Outubro de 2011.
138. Uma alternativa para a distribuição dos royalties do pré-sal a favor da saúde, educação, saneamento e habitação. Outubro de 2011.
139. As receitas tributárias municipais em 2010. Dezembro de 2011.
140. As despesas municipais e a situação orçamentária em 2010. Dezembro de 2011.
141. A evolução e a concentração do Produto Interno Bruto pelos Municípios brasileiros entre 2005 e 2009. Dezembro de 2011.
142. Número máximo de Vereadores nas eleições de 2008 e 2012 – Rondônia. Março de 2012.
143. Número máximo de Vereadores nas eleições de 2008 e 2012 – Acre. Março de 2012.
144. Número máximo de Vereadores nas eleições de 2008 e 2012 – Amazonas. Março de 2012.
145. Número máximo de Vereadores nas eleições de 2008 e 2012 – Roraima. Março de 2012.
146. Número máximo de Vereadores nas eleições de 2008 e 2012 – Pará. Março de 2012.
147. Número máximo de Vereadores nas eleições de 2008 e 2012 – Amapá. Março de 2012.
148. Número máximo de Vereadores nas eleições de 2008 e 2012 – Tocantins. Março de 2012.
149. Número máximo de Vereadores nas eleições de 2008 e 2012 – Maranhão. Março de 2012.
150. Número máximo de Vereadores nas eleições de 2008 e 2012 – Piauí. Março de 2012.
151. Número máximo de Vereadores nas eleições de 2008 e 2012 – Ceará. Março de 2012.
152. Número máximo de Vereadores nas eleições de 2008 e 2012 – Rio Grande do Norte. Março de 2012.
153. Número máximo de Vereadores nas eleições de 2008 e 2012 – Paraíba. Março de 2012.

154. Número máximo de Vereadores nas eleições de 2008 e 2012 – Pernambuco. Março de 2012.
155. Número máximo de Vereadores nas eleições de 2008 e 2012 – Alagoas. Março de 2012.
156. Número máximo de Vereadores nas eleições de 2008 e 2012 – Sergipe. Março de 2012.
157. Número máximo de Vereadores nas eleições de 2008 e 2012 – Bahia. Março de 2012.
158. Número máximo de Vereadores nas eleições de 2008 e 2012 – Minas Gerais. Março de 2012.
159. Número máximo de Vereadores nas eleições de 2008 e 2012 – Espírito Santo. Março de 2012.
160. Número máximo de Vereadores nas eleições de 2008 e 2012 – Rio de Janeiro. Março de 2012.
161. Número máximo de Vereadores nas eleições de 2008 e 2012 – São Paulo. Março de 2012.
162. Número máximo de Vereadores nas eleições de 2008 e 2012 – Paraná. Março de 2012.
163. Número máximo de Vereadores nas eleições de 2008 e 2012 – Santa Catarina. Março de 2012.
164. Número máximo de Vereadores nas eleições de 2008 e 2012 – Rio Grande do Sul. Março de 2012.
165. Número máximo de Vereadores nas eleições de 2008 e 2012 – Mato Grosso do Sul. Março de 2012.
166. Número máximo de Vereadores nas eleições de 2008 e 2012 – Mato Grosso. Março de 2012.
167. Número máximo de Vereadores nas eleições de 2008 e 2012 – Goiás. Março de 2012.
168. As receitas dos Municípios do Estado da Bahia em 2010. Março de 2012.
169. As receitas dos Municípios do Estado de Minas Gerais em 2010. Abril de 2012.
170. Despesas municipais com serviços, ações e programas de competência dos Estados e da União em 2010. Abril de 2012.
171. As despesas municipais com a função legislativa em 2010. Abril de 2012.
172. As despesas dos governos federal, estaduais e municipais com a função gestão Ambiental em 2010. Maio de 2012.
173. A dívida ativa inscrita pelos Municípios e a receita com ela auferida: a situação em 2010. Junho de 2012.
174. Os Municípios bilionários em 2012. Julho de 2012.
175. Perfil dos candidatos a Prefeito nas eleições de 2012. Julho de 2012.
176. Perfil dos candidatos a Vereador nas eleições de 2012. Agosto de 2012.
177. Os Prefeitos candidatos à reeleição nas eleições de 2012. Agosto de 2012.
178. As despesas municipais com a função saúde em 2010. Agosto de 2012.
179. Subsídios para a formulação de uma política para as principais aglomerações Urbanas do Brasil: crescimento demográfico no período 2000-2010. 2ª edição. Agosto de 2011.
180. As despesas municipais com a função educação em 2010. Agosto de 2012
181. Receitas e despesas nas funções educação e saúde dos Municípios bilionários em 2011. Outubro de 2012.
182. Perfil dos Vereadores do Brasil (2013 – 2016). Outubro de 2012.
183. Perfil dos Vereadores do Estado de São Paulo (2013 – 2016). Outubro de 2012.
184. Perfil dos Vereadores do Estado da Bahia (2013 – 2016). Outubro de 2012.
185. Perfil dos Vereadores do Estado de Minas Gerais (2013 – 2016). Outubro de 2012.

186. Perfil dos Vereadores do Estado do Espírito Santo (2013 – 2016). Outubro de 2012.
187. Perfil dos Vereadores do Estado do Rio de Janeiro (2013 – 2016). Outubro de 2012.
188. Perfil dos Vereadores do Estado do Paraná (2013 – 2016). Outubro de 2012.
189. Perfil dos Vereadores do Estado de Santa Catarina (2013 – 2016). Outubro de 2012.
190. Perfil dos Vereadores do Estado do Rio Grande do Sul (2013 – 2016). Outubro de 2012.
191. Perfil dos Vereadores do Estado de Sergipe (2013 – 2016). Outubro de 2012.
192. Perfil dos Vereadores do Estado de Alagoas (2013 – 2016). Outubro de 2012.
193. Perfil dos Vereadores do Estado de Pernambuco (2013 – 2016). Outubro de 2012.
194. Perfil dos Vereadores do Estado da Paraíba (2013 – 2016). Outubro de 2012.
195. Perfil dos Vereadores do Estado do Rio Grande do Norte (2013 – 2016). Outubro de 2012.
196. Perfil dos Vereadores do Estado do Ceará (2013 – 2016). Outubro de 2012.
197. Perfil dos Vereadores do Estado do Piauí (2013 – 2016). Outubro de 2012.
198. Perfil dos Vereadores do Estado do Maranhão (2013 – 2016). Outubro de 2012.
199. Perfil dos Vereadores do Estado do Mato Grosso do Sul (2013 – 2016). Outubro de 2012.
200. Perfil dos Vereadores do Estado do Mato Grosso (2013 – 2016). Outubro de 2012.
201. Perfil dos Vereadores do Estado de Goiás (2013 – 2016). Outubro de 2012.
202. Perfil dos Vereadores do Estado de Rondônia (2013 – 2016). Outubro de 2012.
203. Perfil dos Vereadores do Estado do Acre (2013 – 2016). Outubro de 2012.
204. Perfil dos Vereadores do Estado do Amazonas (2013 – 2016). Outubro de 2012.
205. Perfil dos Vereadores do Estado de Roraima (2013 – 2016). Outubro de 2012.
206. Perfil dos Vereadores do Estado do Pará (2013 – 2016). Outubro de 2012.
207. Perfil dos Vereadores do Estado do Amapá (2013 – 2016). Outubro de 2012.
208. Perfil dos Vereadores do Estado do Tocantins (2013 – 2016). Outubro de 2012.
209. Perfil dos Prefeitos do Brasil (2013 – 2016). Outubro de 2012.

OBSERVATÓRIO DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS

Encontra-se à disposição dos usuários, na página eletrônica da ONG Associação Transparência Municipal o Observatório de Informações Municipais, contendo uma série de estudos, artigos e notícias de interesse dos Prefeitos, Vereadores, Secretários e servidores municipais, além do meio acadêmico, da mídia e de técnicos especialistas em assuntos relacionados à administração pública, em especial a municipal.

Também se encontram à disposição dos usuários um compêndio de legislação de interesse dos Municípios além de estimativas trimestrais do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e índices de inflação, atualizados mensalmente.

O Observatório inova através da abertura de um espaço de debate relacionado a temas que dizem respeito à defesa dos interesses dos Municípios.

Visite o Observatório de Informações Municipais acessando o endereço eletrônico: www.tmunicipal.org.br/oim.

Equipe do Observatório Municipal de Informações

Gestor

François E. J. de Bremaeker – francois.bremaeker@atmtec.org.br

Desenvolvimento de Sistemas e Inovação Tecnológica

Bruno Soares | Gerente de Desenvolvimento - bruno.soares@atmtec.org.br

Vanessa Bomfim | Analista de Sistemas - vanessa.bomfim@atmtec.org.br

Rafael Leite | Analista de Sistemas – rafael.leite@atmtec.org.br

Daniele Tavares Souza | Analista de Sistemas – daniele.souza@atmtec.org.br

Cintia Cavalcante | Designer – cintia.cavalcante@atmtec.org.br



**Transparência
Municipal**

A **Associação Transparência Municipal (ATM)** é uma instituição brasileira sem fins lucrativos e de apoio técnico aos municípios. Com sede em Salvador – Bahia e de atuação nacional a ATM tem, por finalidade, cooperar com órgãos e entidades ligados ao poder público no planejamento, na aplicação de recursos, na implantação de políticas públicas e na promoção de atividades de pesquisa, educação, desenvolvimento institucional e transparência administrativa.

A ATM possui inquestionável reputação ético-profissional e foi declarada de utilidade pública por projeto de lei aprovado pela Assembléia Legislativa do Estado da Bahia em dezembro/2010.

A Associação Transparência Municipal também atua institucionalmente em outros projetos de alcance nacional voltados para a realidade e os interesses dos municípios, tais como:

1. **Observatório de Informações Municipais – OIM:** através do Observatório, a ATM discute temas de relevante interesse nacional, elabora e disponibiliza estudos e artigos que permitem conhecer a realidade financeira municipal brasileira, fornecendo informações e notícias que auxiliam na tomada de decisões, abrindo espaços de debate sobre temas da atualidade de interesse dos Municípios e levantando informações que mostrem para a sociedade os governos municipais de forma mais transparente. O endereço virtual do Observatório de Informações Municipais criado e mantido pela ATM é <http://www.oim.tmunicipal.org.br/>.
2. **Congresso Brasileiro de Municípios:** realizado anualmente pela ATM em conjunto com a Associação Brasileira de Municípios – ABM com sede em Brasília-DF, o Congresso apresenta e discute grandes temas relacionados à realidade municipal, tais como a questão da necessidade de novo Pacto Federativo, reforma tributária, desenvolvimento sustentável das cidades e transparência.
3. **Conselho Consultivo do Observatório de Consórcios Públicos e Federalismo:** a ATM atua como membro deste Conselho, cuja finalidade é estimular os municípios a se organizarem em consórcios para executar políticas públicas de interesse comum - a exemplo da coleta e tratamento de lixo, do saneamento básico e da infra-estrutura urbana e rural. O Observatório de Consórcios Públicos e Federalismo é uma iniciativa conjunta da Frente Nacional de Prefeitos – FNP, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e da Caixa Econômica Federal, com apoio da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério de Relações Exteriores;

4. Participa ativamente do grupo de trabalho instituído pela Subchefia de Assuntos Federativos da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República sobre o federalismo e mecanismos de aperfeiçoamento da repartição de recursos aos Estados e Municípios;
5. **Colóquio Internacional sobre Federalismo Fiscal e Combate às Desigualdades:** realizado em Salvador-Ba, em 22 de julho de 2010, o Colóquio foi promovido pela Subchefia de Assuntos Federativos da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República juntamente com a Secretaria de Fazenda do Estado da Bahia em parceria com o Fórum das Federações. Neste evento, a ATM participou como palestrante, abordando o estudo a importância do FPM para as finanças municipais e seu papel na equalização das receitas. O estudo apresenta dados sobre a distribuição do FPM e para o conjunto das outras transferências pelas regiões e grupos de habitantes.
6. Participa da **Rede de Diálogo do Observatório da Equidade do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República**, através de estudos, sugestões e participação em reuniões, em especial colaborando com os estudos “Pela Equidade na Educação Brasileira”, encaminhado por ocasião da Conferência Nacional da Educação (CONAE 2010) e o estudo “Em Busca da Equidade Através do Programa Territórios da Cidadania”, também encaminhado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, direcionado ao Programa de Erradicação da Pobreza Extrema.
7. Participa do Conselho Municipal do Meio Ambiente e do Conselho de Desenvolvimento Territorial da Prefeitura Municipal de Paraíba do Sul (RJ).
8. Participa ativamente do Programa de Capacitação dos Vereadores do Brasil – Capacitar para Crescer, organizado pela Associação Brasileira de Câmaras Municipais (ABRACAM), que conta com o patrocínio do SEBRAE Nacional, Senado Federal, Câmara dos Deputados, Governo Federal, Governos estaduais, ABM, GovBr e Anamup.
9. Participa dos trabalhos do GT 5 – Estado e Políticas Educacionais, no âmbito dos debates sobre “Federalismo e Políticas Educacionais na Efetivação do Direito à educação”, promovido pela Universidade Federal do Paraná, UNICAMP, ANPED e CAPES. Contribuiu em livro publicado pelo IPEA com o capítulo “A política de fundos para a educação e o impacto nas finanças dos Estados e Municípios.

10. Participa de encontros de secretários municipais de educação, promovidos pela União dos Dirigentes Municipais de Educação do Rio de Janeiro e de reuniões das Conferências Municipais de Educação.
11. Participa de Seminários Nacionais de Melhores Práticas e Propostas de Gestão da Arrecadação Municipal, realizados pela Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais (FENAFIM), pela Associação dos Auditores Fiscais-Tributários do Município de São Paulo e da Associação dos Fiscais Fazendários de Ribeirão Preto.
12. Participou da criação e auxilia na realização dos trabalhos desenvolvidos pelo Fórum de Secretários Municipais de Finanças do Estado da Bahia, inclusive de encontros regionais de secretários municipais de finanças.
13. Desenvolveu um sistema eletrônico de disponibilização em tempo real das informações financeiras dos Municípios, para atender à Lei Complementar nº 131.
14. Patrocinou gratuitamente e cursos, congressos, seminários e outros eventos, alguns deles disponibilizados em vídeos pela Internet, tais como: oficina de controle interno e fiscalização; seminário sobre o fortalecimento das finanças municipais; alterações obrigatórias para a escrituração contábil e balanço; encontro de prefeitos e secretários de finanças da Bahia; seminário de transparência municipal; curso avançado de licitações; curso de assessoria de imprensa; aula prática sobre execução orçamentária; congresso baiano de transparência nas licitações; curso prático de licitações; encontro de prefeitos eleitos e reeleitos; curso de transparência administrativa municipal; oficina sobre licitações; e seminário sobre transparência administrativa eletrônica.
15. Participa do **Núcleo de Estudos Urbanos** do Conselho de Política Urbana da Associação Comercial de São Paulo – ACSP, através de reuniões, discussão de temas da atualidade e apresentação de estudos.
16. Participou do **Conselho de Desenvolvimento das Cidades** da Federação do Comércio, de Bens e Serviços do Estado de São Paulo – FECOMERCIO, extinto em 2012, através de reuniões, discussão de temas da atualidade e apresentação de estudos e contribuiu tecnicamente na elaboração do livro “Manual de Gestão Urbana Fecomercio” e participou do júri do “2º Prêmio Fecomercio de Sustentabilidade”.

ASSOCIAÇÃO TRANSPARÊNCIA MUNICIPAL

Confira os mais confiáveis e completos sistemas que auxiliam órgãos e entidades da administração pública direta e indireta na implementação de políticas públicas de transparência.

Para o cumprimento da Constituição Federal e da Lei nº 8.159/1991

SISGEO - Sistema de gestão do relacionamento entre o cidadão e a gestão pública (Ouvidoria)
SISLEGIS - Sistema de divulgação e arquivamento eletrônico de leis
ARCHIVE - Sistema de arquivamento de documentos digitais de prestação de contas

Para o cumprimento das Leis nºs 8.666/1993 e 10.520/2002

DIÁRIO OFICIAL - Sistema de publicação, organização e armazenamento de edições do diário
E-AVISO e EDITAIS - Sistema de publicação e arquivamento de licitações e contratações
E-CONTRATAÇÃO - Sistema de procedimento administrativo virtual de licitação

Para o cumprimento das Lei nº 9.755/1998 e Lei complementar nº 101/2000

DICONTAS - Sistema de divulgação de Contas Públicas
SIP - Sistema de divulgação dos Instrumentos de Planejamento
RREO / RGF - Sistema de divulgação dos relatórios resumidos de execução orçamentária e gestão fiscal

Para o cumprimento da Lei complementar nº 131/2009

EOF - Sistema de divulgação da Execução Orçamentaria e Financeira (receitas e despesas)

Para o cumprimento da Lei nº 12.527/2011

SISPEL - Sistema de gestão de pesquisas - eletrônica e presencial
SISCOPE - Sistema de Consulta online de Opinião Pública
TRANSPARÊNCIA CIDADÃ - Rede social de discussão dos problemas da cidade
SISDOC - Sistema de catalogação de serviços, atividades e documentos públicos
SISCONVÊNIO - Sistema de divulgação e armazenamento de convênios
SISCONTRATO - Sistema de divulgação e armazenamento de contratos
SIC - Sistema de gestão dos pedidos de acesso à informação
SIGECOM - Portal de acesso à Informação Pública
SIEO - Sistema de gestão da informação estratégica e operacional
RED - Sistema de Remessa Eletrônica de Documentos
MEGA-X - Sistema de organização, armazenamento e publicação de documentos digitais

François E. J de Bremaeker

- Economista e Geógrafo.
- Consultor da Associação Transparência Municipal, onde atua como palestrante em eventos.
- Gestor do Observatório de Informações Municipais
- Presta consultoria para associações municipalistas e é professor-consultor da Oficina Municipal.
- Conselheiro-suplente do Fórum de Consórcios e do Federalismo da Frente Nacional dos Prefeitos (FNP)
- Membro da Rede de Diálogo do Observatório da Equidade do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República (CDES-PR)
- Membro do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Municípios - seccional Rio de Janeiro (ABM-RJ)
- Membro do Núcleo de Estudos Urbanos do Conselho de Política Urbana da Associação Comercial de São Paulo.
- Consultor da Escola de Gestão da Associação Brasileira de Municípios (ABM)
- Consultor da Associação Brasileira de Câmaras Municipais (ABRACAM)
- Membro do Fórum sobre Federalismo do Comitê de Articulação Federativa da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República (CAF/SRI-PR)
- Membro do Conselho Municipal do Meio Ambiente de Paraíba do Sul (RJ), sendo eleito Presidente em 2012.
- Membro do Conselho de Desenvolvimento Territorial de Paraíba do Sul (RJ), ocupando o cargo de Vice-Presidente em 2011.
- Sócio-Benemérito da Associação Brasileira de Câmaras Municipais (ABRASCAM) e destaque ABRASCAM em 2002 pelo trabalho em prol do reconhecimento profissional nos legislativos municipais, e em 2003, em reconhecimento ao trabalho desenvolvido em defesa dos servidores e do Serviço Público Municipal
- É colunista da Revista Painel de Compras Municipais
- É articulista da Revista Correio dos Estados e Municípios
- É articulista do Jornal do Interior, da União dos Vereadores do Estado de São Paulo (UVESP).
- Escreve para diversos veículos de comunicação e sítios na Internet.
- Foi assessor técnico do Instituto Brasileiro de Administração Municipal por 38 anos, de 1971 a 2008 (aposentado).
- Foi membro do extinto Conselho de Desenvolvimento das Cidades da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de São Paulo (FECOMERCIO-SP) e jurado do 2º Prêmio de Sustentabilidade.

